

MEIO AMBIENTE

Extratativismo é opção na Amazônia

MÁRIO MENEZES
(Engº Agrônomo - IEA)

Estudos realizados pela Fundação de Tecnologia do Estado do Acre-FUNTAC, mostram que, apesar de todos os meios (muitos ilícitos) de que o capital se valeu para o rápido avanço de sua expansão naquele Estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadoria - ICM - importante fator de medição da atividade econômica - no Setor Primário estadual, tem no extrativismo sua maior fonte de arrecadação, apesar de toda a intervenção, em forma de desmatamento, feita até hoje pela pecuária extensiva, principal frente do processo expansionista.

Tomados os 05 principais municípios acreanos do Alto-Purus (Rio Branco, Xapuri, Brasília, Sena Madureira e Assis Brasil) - região que maior impacto tem recebido desse processo - verifica-se que nos últimos vinte anos, apesar da propalada necessidade de ocupação da "fronteira" amazônica pela moderna empresa, o extrativismo auto-sustentado nos seringais vem produzindo muito mais e intervindo muito menos do que a pecuária extensiva e a colonização oficial.

Os 03 municípios mais conhecidos da região - Rio Branco, Xapuri e Brasília - já perderam de 12 a 17% de suas florestas, índices consideravelmente superiores aos regionais e estadual, de 8,5% e 12%, respectivamente. A pecuária e a colonização, juntas respondem por até 80% dessa intervenção, enquanto o extrativismo - considerado no estudo da Funtac juntamente com colônias e roçados caboclos - por 05 a 13% dos desmatamentos da região. Em contraposição, a pecuária tem gerado um máximo de 10,5% de ICM, ao mesmo tempo em que a atividade extrativista provoca 08 vezes menos desmatamento do que a pecuária e a colonização e continua gerando 09 vezes mais impostos.

Em Rondônia, dados oficiais de 1989, dão conta de que até aquele ano 21% do Estado, ou 5,1 milhões de hectares, já estavam desmatados, dos quais 3,2 milhões, ou 63%, abandonados em forma de capoeira, depois de curto período de exploração (Governo Estado de Rondônia, 1989).

Ainda segundo essa mesma fonte oficial, embora a agricultura de Rondônia tenha se firmado como produtora de excedentes líquidos, a economia da produção agropecuária, em seus parâmetros atuais, não assegura a sustentação, a médio prazo, das populações assentadas. Prevê, em função disso, acelerado processo de migração nos próximos anos. A ressaltar, para os objetivos deste ensaio, que esse processo se deu - e continua se dando - sobre significativas extensões com predominância de potencial extrativo, ocupadas por seringueiros e castanheiros.

Nos estados do Pará (região de Marabá, antigo "Polígono dos Castanhais"), Amapá (região do Jari), e Roraima (região de Caroebe, Perimetral Norte) o quadro não é diferente.

No Pará, 54% dos Castanhais de Marabá, ex-maior região produtora de castanha do País, já tinham desaparecido no final de 1990. No Amapá, o projeto Jari vem consumindo 4.000 m3 de madeira nativa



Empate no Acre: mutirão de seringueiros contra o desmatamento

por dia ou 6.000 hectares de floresta por ano, para suprir parte das necessidades de fibra para produção de celulose e geração de energia (termoelétrica) dispendida por aquele complexo silvo-industrial. Em Roraima, grande parte dos trabalhadores assentados ao longo da Perimetral Norte, no início da década de 80, dependem, há quase uma década, dos castanhais da região do Rio Caroebe, em vista da pouca rentabilidade da atividade agrícola na região. Ali, a castanha continua sendo uma das principais - senão a maior, como no passado recente - fontes de arrecadação de ICM do Município de São João do Balisa, mas o latifúndio e as empresas madeireiras seguem avançando sobre os castanhais (Menezes, 1990).

Ainda no Pará, estudo feito pela Embrapa e o Museu Paraense Emílio Goeldi, na região de Paragominas, mostra que, enquanto 01 hectare de pastagem produz apenas 22 Kg de carne bovina, com 19% de proteína, uma única castanheira em 01 hectare de mata produz até 30 Kg de castanha, com 21% de proteína. Apesar disso, o município Paragominas já tem 23% de sua superfície desmatada, 99% dos quais para formação dessas mesmas pastagens, através dos projetos de incentivos fiscais da SUDAM.

Nessas áreas sob pressão mais intensa do processo de expansão da "fronteira agrícola", estudo como o realizado pela Fundação Tecnológica do Estado do Acre, certamente mostraria um quadro de correlação entre sustentabilidade ecológica e

rendimento econômico muito semelhante ao verificado no território acreano. Ou seja, o de que o extrativismo tradicional reúne características, também do ponto de vista econômico, que possibilitam a proteção da floresta e seu uso produtivo.

AS DIFERENÇAS

Existe uma profunda diferença de valores entre o nosso e o sistema de vida das populações tradicionais da Amazônia.

Enquanto nossa ética consumista exige que a produção se dê em níveis sempre maiores, e muitas vezes em detrimento da natureza, a tecnologia extrativista tem como regra básica a abstenção em face dela. Fatores como tabus culturais, que impedem ou limitam a exploração de determinadas espécies; não existência de propriedade individual, traduzida pelo não-parcelamento da terra; normas conservacionistas próprias, etc., constituem mecanismos que têm por característica comum o respeito à capacidade de suporte e de regeneração do patrimônio natural disponível (Almeida, s/data).

Dar condições de continuidade dessa forma de vida na floresta, possibilitando às populações que a desenvolvem a modernização e o bem estar social, é, ao mesmo tempo, promover e assegurar a manutenção e defesa da própria floresta.

A DEFESA

A mobilização, empreendida pelas populações extrativistas da região amazônica, que tem feito de sua rea-

lidade um fato social, também se traduz, de forma inequívoca, em fator de defesa da floresta.

Começando pelos "empates" - graças aos quais mais de 1,2 milhão de hectares de florestas deixaram de ser derrubados pelo latifúndio, neles permanecendo centenas de famílias, que seriam inexoravelmente expulsas de suas "colocações" -, os seringueiros chegaram à criação de seu Conselho Nacional e ao reconhecimento, pelo poder público, da proposta de viabilização das Reservas Extrativistas.

No conjunto, esses feitos da mobilização levaram a um articulado processo político-institucional, entre o movimento social dos seringueiros e o Estado brasileiro, que resultou na formulação de conceitos e identificação de instrumento jurídicos - bem como no estabelecimento de uma área específica, na estrutura do poder público - voltados ao atendimento das demandas dos trabalhadores extrativistas.

Hoje, a proposta desses trabalhadores encontra-se regulamentada tanto no contexto da Reforma Agrária, onde recebeu a denominação de Projeto de Assentamento Extrativista (Portaria INCRA nº 627, de 30 de julho de 1987), como no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente, como Reserva Extrativista, propriamente (Dec. Lei 98.897, de 31 de janeiro de 1990).

Mais recentemente, em janeiro de 1992, foi criado o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais CNPT, vinculado o IBAMA, e que tem co-

mo atribuição apoiar a elaboração, implementação de planos, programas, projetos e ações necessárias ou demandadas por essas populações, que incluem os extrativistas.

Ao todo, existem hoje no País 09 Reservas Extrativistas e 10 Projetos de Assentamento Extrativista, num total de 3.090.292 ha e 10.484 famílias de trabalhadores.

Com a criação da CNPT, demandas importantes existentes dentro e fora das áreas criadas começam a ser atendidas, através de conselhos específicos firmados com o Conselho Nacional dos Seringueiros, associações e cooperativas agro-extrativistas. São, fundamentalmente, projetos voltados à potencialização da atividade extrativista, a partir do aporte de tecnologias apropriadas às áreas de produção e beneficiamento, implantação de serviços de saúde e educação e apoio à comercialização e abastecimento.

Também como resultado do trabalho de mobilização empreendido pelo movimento dos trabalhadores extrativistas, neste último ano, junto à sociedade brasileira e internacional e instâncias governamentais com poder de decisão, o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, vem de criar a Câmara Setorial da Borracha, da qual participa o Conselho Nacional dos Seringueiros como legítimo representante do segmento produtor da borracha nativa. Pela primeira vez na história do País, o segmento extrativista é considerado parte integrante e efetiva do setor de Borracha, que inclui a forte indústria de pneumáticos e a de artefatos, os produtores de cultivo e os usineiros.

No âmbito dessa Câmara Setorial, o Conselho Nacional dos Seringueiros acaba de ver aprovada sua proposta de curto prazo para o desenvolvimento do segmento extrativista e já trabalha na elaboração e encaminhamento de uma proposta de longo prazo, a ser negociada através dessa mesma instância.

Ainda como desdobramento dessa mobilização, o mesmo Ministério da Economia já se manifestou de público sobre a importância e prioridade em preservar a floresta, possibilitando condições mínimas ao homem que nela vive, através da implementação do seguinte elenco de intenções para com as populações locais amazônicas:

- criação e consolidação do maior número possível de Reservas Extrativistas;
- implantação de um sistema de fomento e cooperativa e associações agro-extrativistas (linhas de crédito especiais);
- fomento à instalação de unidades de beneficiamento por essas cooperativas e associações;
- apoio à diversificação da atividade extrativista, e
- verticalização da atividade produtiva das populações tradicionais da Amazônia.

Concretizadas essas intenções, o Estado brasileiro estará, pela primeira vez, implementando medidas que potencializem formas adequadas de uso dos ecossistemas florestais e criando condições para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento sustentado, na região amazônica, cuja efetividade transcende a defesa pura e simples da floresta.